

“O ACRE VAI VIRAR PASTO DE BOI”: REFLEXÕES SOBRE AGRONEGÓCIO E IDEOLOGIA NA AMAZÔNIA

"ACRE WILL TURN INTO CATTLE PASTURE": REFLECTIONS ON AGRIBUSINESS AND IDEOLOGY IN THE AMAZON

"EL ACRE SE CONVERTIRÁ EN PASTO PARA EL GANADO": REFLEXIONES SOBRE AGRONEGOCIO E IDEOLOGÍA EN LA AMAZONÍA

Lucas Gabriel da Silva Moraes
lucasmgeo@gmail.com

João Pedro Turino Silva
jpt.silva@unesp.br

Lucas Araújo Martins
lucas.a.martins@unesp.br

Resumo:

O presente trabalho analisa a expansão do agronegócio no estado do Acre como parte de um processo mais amplo de avanço do neoliberalismo sobre a Amazônia. O agronegócio é compreendido não apenas como um modelo produtivo, mas também como uma ideologia construída por meio do discurso oficial da mídia e de setores dominantes, que naturaliza a ideia de que o Brasil — e, em particular, o Acre — possuem uma “vocação agro”. A metodologia adotada baseou-se em revisão bibliográfica e análise documental, com levantamento de dados sobre conflitos fundiários e desmatamento. Os resultados apontam que essa ideologia atua para ocultar conflitos e desigualdades, ao mesmo tempo em que promove uma imagem de modernidade para dominar o(s) território(s). Desse modo, impõe uma hegemonia que ameaça a diversidade socioambiental da Amazônia, comprometendo as condições de vida das populações que dependem da floresta em p  para a reprodução de seus modos de existência.

Palavras-chave: Agronegócio; Ideologia; Neoliberalismo; Conflitos.

Abstract:

This paper analyzes the expansion of agribusiness in Acre state as part of a broader process of neoliberalism advancing in the Amazon. Agribusiness is understood not only as a productive model, but also as an ideology constructed through official discourse, the media, and dominant sectors, which naturalizes the idea that Brazil—and, in particular, Acre – has an “agrarian vocation.” The methodology adopted was based on a literature review and document analysis, with data collection on land conflicts and deforestation. The results indicate that this ideology serves to hide conflicts and inequalities, while promoting an image of modernity to dominate the territory(ies). In this way, it imposes a hegemony that threatens the socio-environmental diversity of the Amazon, compromising the living conditions of populations that depend on the standing forest for the reproduction of their ways of life.

Keywords: Agribusiness; Ideology; Neoliberalism; Conflicts.

Resumen:

El presente trabajo analiza la expansión del agronegocio en el estado de Acre como parte de un proceso más amplio de avance del neoliberalismo en la Amazonía. El agronegocio se entiende no solo como un modelo productivo, sino también como una ideología construida a través del discurso oficial, los medios de comunicación y los sectores dominantes, que naturaliza la idea de que Brasil —y, en particular, Acre – tiene una “vocación agrícola”. La metodología adoptada se basó en una revisión bibliográfica y un análisis documental, con una recopilación de datos sobre conflictos fundiarios y deforestación. Los resultados indican que esta ideología actúa para ocultar conflictos y desigualdades, al tiempo que promueve una imagen de modernidad para dominar el territorio o territorios. De este modo, impone una hegemonía que amenaza la diversidad socioambiental de la Amazonía, comprometiendo las condiciones de vida de las poblaciones que dependen de la selva en pie para la reproducción de sus modos de existencia.

Palabras-clave: Agronegocio; Ideología; Neoliberalismo; Conflictos.

Introdução

Amazônia – no lugar onde há muito se vivia da relação metabólica com a terra-floresta-rio, atualmente se vivencia outra realidade em curso: a dominação do território pelo que se convencionou chamar de agronegócio. Este, no entanto, apesar de travestido numa roupagem mais moderna, representa as velhas formas de subordinação e dominação do território pelo capital. Sua ofensiva começou já nos meados da década de 1960 – após a derrocada da borracha e do seringalismo – com o avanço da “frente pioneira agropecuária” rumo à Amazônia, impactando diretamente na formação socioeconômica e cultural da região. Estimulados pelo Estado, com suas políticas de ocupação e colonização, grupos de investidores (os “paulistas”) e outros membros da burguesia nacional e internacional, passaram a adquirir (grilar) terras a preços baixos no Acre.

Primeiro o seringal, depois o latifúndio. Foi assim que o capital estabeleceu o seu domínio sobre os territórios acreanos. Esse avanço, contudo, provocou inúmeros conflitos entre quem chegava e quem ali estava. As disputas entre latifundiários e seringueiros estão marcadas como elemento central do período histórico que corresponde às décadas de 1960 e 1980: de um lado, os que buscavam fazer dos antigos seringais pasto para pecuária; de outro, aqueles que lutavam pela manutenção de um modo de vida que estava diretamente ligado à preservação da floresta enquanto terra de vida e trabalho. Após quase 40 anos da morte do líder sindical e ativista Chico Mendes, o Acre vivencia novamente o avanço da agricultura capitalista, em forma de agronegócio – este, não só como modelo agrícola, mas como ideologia neoliberal, conforme pretendemos discutir, sobre os territórios dos campos, das florestas, das águas e das cidades, ameaçando as vidas presentes e futuras.

De forma permanente ao longo dos anos, a Amazônia tem sido alvo dos grandes empreendimentos capitalistas que buscam dominar o seu território e os seus recursos naturais. O poder exercido sobre a região se faz via Estado-neoliberal, que passa a agir de acordo com os interesses das classes dominantes. Atualmente, as propagandas “pró-agro”, uma ideologia que trata o agronegócio como motor do Brasil, legitimam a hegemonia simbólica, política e econômica do agronegócio através do Estado, da mídia e da cultura, impondo-o enquanto única alternativa (Bruno, 2022; 2015; Mendonça, 2015). Exemplos disso são a criminalização dos movimentos sociais do campo e da cidade, o culto à propriedade privada e a subordinação (alienação) do campesinato. Esse movimento neoliberal de tomada do poder do Estado brasileiro via agronegócio, resulta na destruição da Amazônia com o avanço do desmatamento, das queimadas e dos conflitos, especialmente durante o governo de Jair Messias Bolsonaro de 2019 a 2022.

Mas, afinal, quais elementos devemos considerar para uma análise da estrutura de dominação do espaço geográfico pelo capital na contemporaneidade? Neste trabalho buscamos fazer uma reflexão a partir da « ideologia do agro » visando chegar ao conteúdo da estrutura sociometabólica do capital (Mészáros, 2011) que atua sobre o(s) território(s) na Amazônia. De forma mais específica, nosso objetivo é discutir a expansão do agronegócio no estado do Acre no que diz respeito às diferentes ações executadas através da parceria entre o capital e o Estado – em suas diferentes faces – na região.

Os procedimentos metodológicos adotados foram revisão bibliográfica, análise de dados secundários e entrevistas abertas. A revisão bibliográfica envolveu a coleta e a pesquisa de informações sobre temas como desmatamento, luta por terras, queimadas e

outras formas de conflitos e violências na Amazônia. Para isso, foram utilizadas diversas fontes, incluindo notícias jornalísticas, relatórios de organizações e movimentos sociais, além de dados obtidos em fontes oficiais. Os dados secundários sobre conflitos e impactos ambientais foram obtidos, respectivamente, nos Cadernos de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dados de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e dados dos Censos Agropecuários. Já as entrevistas abertas, foram realizadas com lideranças acreanas de movimentos e organizações sociais no ano de 2024.

O artigo está estruturado em três momentos. Primeiramente, analisamos a ideologia como elemento central para a análise da realidade, com foco nos processos que envolvem a expansão do agronegócio. Depois, contextualizamos o processo histórico de formação territorial e socioeconômica da Amazônia, com foco no estado do Acre. O objetivo, com esses dois primeiros momentos, é mostrar que, desde o século XIX, as ações combinadas do Estado, do capital internacional e das elites latifundiárias, em grande medida, moldaram a atual configuração socioeconômica e cultural da Amazônia-acreana. Num terceiro momento, trataremos de evidenciar os impactos do avanço da fronteira agropecuária, enquanto materialização do agronegócio e de sua ideologia, para o meio ambiente e para as populações amazônicas.

A ideologia do “agro” como elemento central da expansão capitalista na Amazônia

Diante das dinâmicas e processos engendrados pelo modo de produção capitalista em sua busca incessante de dominar o território

e as pessoas na Amazônia, quais elementos devemos considerar para uma análise dessa dominação na contemporaneidade?

Neste tópico, temos a intenção de demonstrar como o processo histórico, enquanto dialético, nos revela os avanços, movimentos e interesses capazes de transformar o espaço geográfico na Amazônia-acreana. De antemão, é importante assumir o estado do Acre como parte de um sistema de objetos e ações (Santos, 2006) que transcende o próprio estado e grande parte da região.

Nossa análise toma como centralidade a ideologia e seus aparelhos (Althusser, 1980) como elementos das dinâmicas capitalistas materializadas nas ações do que se convencionou chamar de « agronegócio ». A ideia é demonstrar que, para além das formas (ações) conhecidas de dominação do território – seja via economia da borracha ou via latifúndio e avanço da fronteira agrícola, conforme discutiremos –, a ideologia ocupa um lugar central no “sociometabolismo do capital” (Mészáros, 2015) que avança sobre a Amazônia no cerne de todos esses processos históricos.

Partiremos, portanto, de alguns conceitos norteadores: ideologia (geográfica), mito fundador e agronegócio. De antemão, é preciso explicar que concebemos tais conceitos enquanto parte da superestrutura (Marx, 2006), mas, não por isso, são menos importantes de compreender, pois nada mais são que a tradução/reflexo da estrutura material histórico-dialética. Essas “expressões” imateriais (mas que surgem do material) vão legitimando, reforçando e reafirmando os processos e dinâmicas em hegemonia no território (e seu desenvolvimento).

Além da complexidade das ideias por trás das ações ao longo do processo histórico de ocupação do território nacional, há também a necessidade de se compreender as ideologias hegemônicas por

tantas décadas lecionadas nas disciplinas de humanidades nas escolas, nos discursos governamentais e midiáticos, que ainda carregam fortes marcas de um pensamento com origem colonizadora. São esses discursos (dentro dessa superestrutura que por si só, combina outros elementos), que são capazes de mobilizar as massas a elegerem sucessivas bancadas ruralistas e a ignorarem a urgente necessidade de pautas como a preservação ambiental e a Reforma Agrária em nosso país. Por isso, a ideologia é um elemento central em nossa análise da expansão do agronegócio na Amazônia-acreana.

De início, tomaremos a ideologia como categoria marxista, para depois analisá-la enquanto categoria geográfica. Althusser (1980) faz uma interessante comparação das ideias marxianas de estrutura e superestrutura a partir da ideia de um prédio e seus alicerces. A “estrutura” da sociedade seriam esses alicerces que dão suporte à toda a construção da “superestrutura”, que é o próprio prédio. Portanto, não se pode analisar as ideias, filosofias, ciências, religião e artes a partir de si mesmas, pois elas estão condicionadas aos alicerces da estrutura material de determinada época/contexto. Ou seja, não se pode analisar a ideologia por fora do processo histórico, que por si só não é linear e se coloca permanentemente complexo conforme também se complexificam as faces do capital. Apesar dessa íntima relação entre a “superestrutura” e a “estrutura”, Althusser (1980) não descarta a investigação acerca dos elementos da “superestrutura” pois ele pontua que tal investigação pode nos revelar muito sobre o funcionamento da nossa sociedade como um todo. Daí nossa preocupação com a ideologia.

Outra grande contribuição de Althusser (1980) para nossa discussão é a sua compreensão acerca do Estado. Este, promove um conjunto de pensamentos e uma visão de mundo que seja do interesse

da classe dominante de determinada época, ou seja, o Estado é o “aparelho repressivo da classe dominante”. Assim, para o autor, existem duas vias de dominação por meio do Estado: i) via Aparelhos Repressivos do Estado (ARE); e ii) via Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). O primeiro utiliza da violência, da força bruta para o controle e repressão. O segundo – que aqui nos interessa mais – são aparelhos estatais e da sociedade civil que promovem a ideologia hegemônica, isto é, a visão de mundo e o sistema de ideias mais interessante para a classe dominante.

Os AIE estão em ambiente privado (quase sempre), não atuando de forma militar/violenta (força física) mas atuam na visão de mundo e na conjunto de ideias dominantes. Aqui, Althusser (1980) recupera a visão de Gramsci (2000) acerca do Estado. O Estado não apenas como governo e força repressiva (polícia, exército e leis), mas também compondo a sociedade civil. Para Althusser (1980), o Estado atua de forma ideológica via AIE tanto públicos, quanto privados: religioso, escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares), familiar, jurídico, político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos), sindical, informacional (imprensa, rádio, TV e agora internet), cultural.

A todo momento, as classes não dirigentes de nossa sociedade são bombardeadas de informações, discursos e narrativas que legitimam o estado atual das coisas e defendem o sistema material posto como única alternativa possível. O autor pontua “a partir do que sabemos, nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado” (Althusser, 1980, p.49). A partir dessa noção dos aparelhos repressivos e ideológicos, o autor traz a sua definição de ideologia: “A ideologia representa a relação

imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” (Althusser, 1980, p.77). Logo, ele rejeita qualquer tipo de postura conspiracionista de um grupo de maldosos que fabricam uma imaginação e as impregnam nas pessoas.

Como comentado no início da nossa, na epistemologia marxista é da *práxis* que surge a ideologia; do real é que surgem os símbolos e as ideias. Assim, a estrutura (produtiva) e sua forma, colocadas como são, exigem uma reprodução da força de trabalho que se (con)forme com as condições materiais concretas. Dito isso, entendemos a ideologia como categoria que transforma os indivíduos em sujeitos, os interpelando, fazendo eles se reconhecerem enquanto “alguém”, que deve manter tudo como está (pois é assim como deve ser e logo mais vai melhorar, de forma “natural”) e respeitar as autoridades da sociedade civil e do Estado. A ideologia “encaixa” o sujeito em suas condições concretas materiais e em suas necessidades/vontades.

Gramsci (1991 ; 2000) é outro autor que muito nos soma à discussão. Ele aponta o papel dos intelectuais na formação de uma ideologia hegemônica e na origem das ideias e paixões, que, para o autor, mobilizam mais que as condições materiais, conforme explica no excerto abaixo:

As ideias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade. O número dos “votos” é a manifestação terminal de um longo processo, no qual a maior influência pertence exatamente aos que dedicam ao Estado e à Nação suas melhores forças (Gramsci, 2000, p.83).

Acima podemos ver o autor indicando dois interessantes pontos para a nossa reflexão: i) as ideias surgem de uma construção

coletiva, em uma dada realidade concreta, não surgem do nada, como já dito: é da práxis que surge a ideologia; e ii) diferente de Althusser (1980), Gramsci (2000) indica com maior intensidade a posição dos intelectuais (artistas, jornalistas, professores, “coaches” etc.) que para ele, são os comissários do grupo dominante sobre os subalternos.

Gramsci (1991) coloca que todo sujeito é intelectual, mas nem todo sujeito ocupa o cargo de intelectual na sociedade. Os que o fazem são parte da “classe dirigente” que, a serviço da “classe dominante” (dona dos meios de produção), criam as condições ideológicas necessárias para a legitimação do domínio das classes mais abastadas sobre os subjugados.

O que Althusser (1980) entende como AIE, Gramsci (1991) entende como os intelectuais que nunca são autônomos. Há, por trás destes, uma instituição, uma cultura e/ou coletivo que está alinhada à ideologia hegemônica. Ou seja, são os intelectuais da classe dominante.

Contudo, como podemos enxergar a ideologia a partir do prisma geográfico? Atravessando o Oceano Atlântico e adentrando a disciplina da Geografia, usaremos da obra “Ideologias Geográficas”, de Antonio Carlos Robert de Moraes (2005). Nesta obra o autor aponta a necessidade da Geografia brasileira de se aproximar da ideologia enquanto categoria. Para o autor, a ideologia é geográfica quando: a) o discurso veiculado é acerca de algum território, paisagem ou região; b) se trata de determinismo geográfico; e c) os discursos que buscam a ordenação do espaço.

Assim, um discurso veiculado acerca de determinado território tem um substrato espacial como fundamento de um amontoado de ideias. Se há território, há espaço e, assim sendo, interessa à Geografia. Ainda, o determinismo geográfico, corrente

teórica – ainda fortemente presente no senso comum e mesmo em análises veiculadas pelos meios de comunicação que – assume que o meio determina o desenvolvimento de uma sociedade também carrega consigo uma geograficidade (em seu próprio nome) utilizada enquanto ideologia conformadora e manipuladora dos rumos políticos de nações, povos e territórios. E, por último, os discursos que buscam a ordenação do espaço, seja a regionalização do território nacional ou o avanço da agropecuária sobre o chamado “sertão” ou a “selva” no interior do Brasil (dinâmica muito comum na história da formação territorial amazônica).

Consequentemente, entende-se que existem ideologias que têm um caráter geográfico: uma visão de mundo e um sistema de ideias marcados por um espaço material em específico. Essas “ideologias geográficas” são discursos, narrativas, culturas e visões conformadas diante de uma realidade material que necessita dessas ideias como reprodução da vida dos sujeitos.

Moraes (2005) evidencia as ideologias geográficas do Brasil ao longo de seu processo de formação, desenvolvimento e consolidação enquanto território-estado nação. Não só nessa obra, mas também no livro “Território e História no Brasil” (2004), o autor nos auxilia a compreender os processos materiais de produção e transformação do território nacional, bem como as ideologias geográficas criadas a partir dessa estrutura. Essas ideologias geográficas, conversam diretamente com o “mito fundador” do Brasil, objeto de discussão e interpretação de Chauí (2000) ao pensar as filosofias e ideologias primárias da colonização portuguesa até os dias de hoje e como isso promove a compreensão de mundo do brasileiro sobre si mesmo e sua nação, assim como do mundo para com o Brasil em sua história e geografia.

Nos debruçaremos agora no conceito de “mito fundador”, para junto com o/a categoria/conceito de ideologia – já trabalhado – colaborar na compreensão da transformação do Acre – e do Brasil – em “pasto de boi”.

Nos 500 anos de Brasil, a filósofa Marilena Chauí discorreu acerca do “mito fundador”, identificando a nação enquanto autoritária e muitas vezes “teocrática” em sua formação. Ainda no início do livro, Chauí (2000, p.5) afirma:

Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Se também dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela.

A autora, deixando claro que não havia motivo para comemorar nesses duros quinhentos anos de nação brasileira, nos elucida uma dimensão narrativa hegemônica construída a partir do processo de colonização e mais adiante a partir do avanço/desenvolvimento do Estado nacional brasileiro que reaproveita o mito fundador para “refundar” práticas antigas com novos nomes.

Neste livro, Chauí (2000) desmistifica muitas das representações construídas ainda antes da formação do Estado nacional brasileiro, ainda no período colonial. Oriundo de um projeto — em suas palavras — “político-teológico”, os sermões de Padre

Antônio Vieira muitas vezes apontam para a missão civilizatória *necessária* do Império português rumo ao Novo Mundo, uma “terra prometida” profetizada desde o livro de Isaías, na Bíblia. Pero Vaz também escreveu, afirmando que a chegada dos portugueses às terras brasileiras não poderia ser por acaso, mas sim parte dos “planos” divinos.

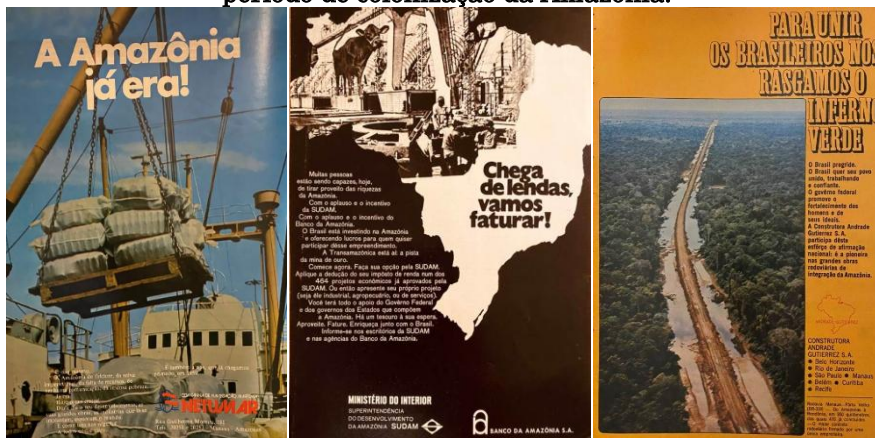
Aqui, duas grandes representações do mito fundante brasileiro já se revelam tão tradicionais quanto atuais e reproduzidos. A figura de Deus, a fé cristã sempre envolvida nos rumos políticos enquanto justificativa ou origem das ideologias nacionais ao longo da história. A segunda representação é a ideia de uma nação do futuro, uma terra prometida, presente de Deus a ser explorada. Uma natureza que deve ser “apropriada” pelo império.

Ao longo de sua reflexão, autora pontua dois grandes elementos da mitologia fundante de nosso país: o Estado e Deus. Logo, o mito sempre “teológico-político” legitima o Estado em seu papel “desenvolvimentista” e o faz a partir da figura do Deus cristão, que presenteou essa nação, com esse território “gigante pela própria natureza”. Por outro lado, Chauí (2000) reforça também que não se trata de uma natureza a ser contemplada e protegida, mas que só existe para servir aos interesses daqueles que carregam a imagem e semelhança do Deus eurocêntrico e colonizador; a natureza só é valiosa para que se torne mercadoria e propriedade dos homens brancos (mesmo depois da independência, esses homens brancos ocuparão o Estado brasileiro).

O Estado, portanto, carrega a herança das entradas, bandeiras e expedições que vencem o “inferno verde” e o “atraso” do sertão e da “selva”. A ideologia do progresso, induzida pelo Estado, é posta como mote norteador das políticas públicas brasileiras e firma

uma visão de nação do futuro que sempre está a “emergir”, “em busca de”, em um eterno processo do “vir a ser” que parece nunca se exaurir, se renovando com novas palavras e vocabulário, mas conservando as velhas estruturas ideológicas-materiais. Essa característica ficou bastante evidente no processo de colonização da Amazônia orquestrado pelos militares durante a década de 1960 (Figura 2).

Figura 2 – O uso da ideologia do progresso nos slogans militares durante o período de colonização da Amazônia.



Fonte : Jornal “O Eco”, 2020.

Alinhado com esse discurso e trazendo uma dimensão geográfica para a discussão, Moraes (2003) vai refletir sobre a ideia de “sertão” no contexto nacional. Para o autor, o “sertão” não é um mero lócus, trata-se de um jeito de ser e um mundo, como explicitado no excerto abaixo:

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valorização (Moraes, 2003, p.2).

Para Moraes (2003), o sertão é um belo exemplo daquilo refletido anteriormente pelo próprio autor e referenciado neste texto

a priori. Trata-se de uma ideologia geográfica. O sertão é entendido como espaço a ser ocupado, a ser vencido, reforçando a ideia do “progresso” que comparece nos discursos políticos, na literatura romancista e mesmo no hino nacional. A figura do sertão enquanto outro, dá sentido ao sujeito (Estado¹) que promove e avança com a “civilização”, “modernidade”, “globalização” e “ordem”.

Hoje, o mito fundante e as ideologias geográficas consequentes a esses símbolos nacionais pré-concebidos continuam vivos, presentes nas propagandas da grande mídia, nas canções disseminadas via internet e rádio e nas propostas políticas dos governantes do Acre ao Rio Grande do Sul. Mas ganha outros nomes, “agronegócio”, “sertanejo universitário”, “sustentabilidade”, “green money”, “prosperidade” e outros.

Caminhando para o último conceito norteador a que nos propomos refletir neste último tópico, trazemos o conceito de “agro” que para Gerhardt (2021) é um “conceito englobante”, capaz de aglutinar um conjunto de símbolos (uma cosmologia, nas palavras do autor) a qualquer outro elemento. Por isso, se vê as propostas do governo e das empresas em integrar o conceito a qualquer outro setor/dinâmica e/ou sujeito como “agro-jovem”, “mulheres do agro (boiadeiras)”, “agroshow” e “agrobóy”, por exemplo.

A palavra “agro” carrega um conjunto de significados que apontam para uma “espiritualidade cristã,” mas que faz culto à propriedade privada e aquilo que é moderno, internacional e tecnológico. Assim, o agro se torna tudo (e nada). Se transforma em um conceito totalizante – típico do neoliberalismo (Chauí, 2019) – que

¹ Aqui compreendemos Estado de forma semelhante à mencionada anteriormente. O Estado como todo aparato de opressão da classe dominante; usando da força física e/ou aparelhos ideológicos. Logo, esse Estado vai além do que é público.

dá conta de hibridizar com aquilo que for necessário, tentando colocar na mesma caixa o camponês, o trabalhador, os bancos rurais, os grandes fazendeiros e empresas produtoras de *commodities*, em uma clara tentativa de invisibilização das classes sociais e seus distintos interesses. Em muitos casos, coloca forçadamente essas mesmas classes na divisão técnica do trabalho, influenciando em suas identidades coletivas e destruindo as suas formas de organização. O resultado é a continuidade suicida da “vocação agro” em um país que mant m sua economia dependente da importa o de produtos industrializados e exporta mercadorias de pouco valor agregado em um setor que pouco emprega e concentra mais e mais renda.

O agro, portanto, ganha espaço no Olimpo dos mitos coloniais e confunde os brasileiros, ao iludi-los a acreditar que eles fazem parte dessa “grande família agro”, ao passo que os lucros e benefícios não são disponibilizados para a grande maioria da popula o brasileira que é prejudicada por uma dinâmica desigual e destrutiva.

Essa ideologia, essa cosmovisão hegemônica, esse mito fundante, concebem uma sociedade brasileira que avançou sobre o “sertão e a selva” e edificou uma visão de mundo, na o, território e povo que defendem os interesses da classe dominante e elegem governantes alinhados a essas pautas. Ainda que haja resistências, governantes ora mais à esquerda e a presença dos movimentos sociais no jogo político, é preciso compreender que é um jogo de cartas marcadas: a sociedade autoritária brasileira é a regra, qualquer situa o ou movimento democrático   exce o ao “normal”.

Buscando uma resposta para a nossa pergunta sobre quais elementos devemos considerar para uma análise da estrutura de domina o do espaço geográfico pelo capital na contemporaneidade, diríamos, apoiados nas reflexões feitas até aqui e nos exemplos que

daremos mais adiante, que a ideologia é um elemento central para que essa dominação capitalista aconteça. Isso porque ela faz parte do instrumental sociometabólico do capital e viabiliza a *práxis* (material e imaterial) em seu sentido mais amplo expropriando as subjetividades individuais e coletivas, subordinando o trabalho e a vida das pessoas. Mas, de que ideologia estamos falando? Com que tipo de ideologia estamos lidando em nosso dia a dia ? Nos referimos, neste momento, à ideologia neoliberal.

Para melhor explicar, tomaremos o conceito de neoliberalismo discutido em Harvey (2008, n.p., tradução nossa):

O neoliberalismo é uma teoria das práticas políticas econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor alcançado maximizando as liberdades empresariais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados irrestritos e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para tais práticas.

Tomamos por base a ideia de “neoliberalismo como a nova forma de totalitarismo” (Chauí, 2019), ou seja, de controle total das dimensões da vida humana. A autora considera totalitarismo porque este (o neoliberalismo) recusa a heterogeneidade social e política e afirma a imagem de uma sociedade homogênea de mercado – a sociedade que querem as elites agrárias, religiosas e empresariais; e considera como algo novo porque o Estado não controla a sociedade, como em regimes totalitários anteriores, mas sim a sociedade o controla. Em complemento, utilizamos a afirmação de Mészáros (2015) de que o sistema sociometabólico do capital se constitui fundamentalmente a partir do tripé capital, trabalho assalariado e Estado, fundamento que tem o poder de subordinar “todas as áreas da vida social para impor um movimento incessante de expansão e acumulação do capital” (Santos, 2022).

Nessa perspectiva, concordamos que “o agronegócio é concebido como a personificação das necessidades de reprodução do capitalismo” (Bruno, 2016 p. 150), isso porque “o movimento do capital transforma toda e qualquer realidade em objeto do e para o capital” (Chauí, 2019, p. 1). Essa transformação da realidade é feita a partir da “ideologia do agro”, que visa fazer crer que o agronegócio é a (única) saída para os nossos problemas, que é por meio dele que alcançaremos o desenvolvimento para regiões ainda “atrasadas” e “fechadas para o progresso” como a Amazônia. Chega-se, assim, ao imaginário das trabalhadoras e trabalhadores, fazendo-os acreditar que o “agro é tudo”, mesmo numa região onde historicamente os movimentos sociais lutam contra este tipo de empreendimento que nada mais enxerga além da terra/floresta enquanto mercadoria.

O capital e seu sistema sociometabólico (Mészáros, 2015) – em sua forma neoliberal –, é quem constrói, ao longo do processo histórico, a hegemonia das elites latifundiárias, da classe patronal rural e do agronegócio no Brasil (Bruno, 2022). A ideologia que está nele contida, permite, por sua vez, que esse processo de dominação do espaço geográfico (Santos, 2006; Moraes, 2005), do Estado (Gramsci, 1991; 2000; Chauí, 2000; 2019) e, por consequência, de todas as dimensões da vida humana, se realize. É, portanto, um entendimento do agronegócio – este, por sua vez, estrutural e hierarquicamente subordinado ao modo de produção capitalista e ao neoliberalismo – enquanto forma histórica de totalitarismo, com suas faces antigas e novas de dominação do trabalho, do território e da sociedade.

Quando o cantor rio-branquense Pia Vila bradou que “o Acre iria virar pasto de boi”, este já era um pressentimento, um anúncio dos povos – seringueiros(as), indígenas, ribeirinhos(as),

quebradeiras de coco babaçu, castanheiros(as), açazeiros(as), pescadores(as) etc. – que há muito tempo convivem com a destruição e exploração capitalista na Amazônia. Este não é um processo recente, que advém de formas contemporâneas de subordinação e exploração. É algo permanente na região, que resulta da exploração por um mesmo sistema que usa as “roupas da moda” do tempo histórico.

Acre: do seringal ao pasto do boi

O processo histórico que Silva (2004) denominou de “formação do espaço agrário acreano” ocorreu, ao menos inicialmente, em três momentos distintos: no período 1879-1910 conhecido como o primeiro ciclo da borracha; entre 1941-1945 período que marcou o segundo ciclo da borracha; e pós-1945 com a derrocada da economia da borracha na Amazônia e abertura da região, pelo Estado, para o “progresso” dos de cima em detrimento - e através da subordinação – dos de baixo (Porto-Gonçalves, 2001). As análises de ambos os períodos, caracterizados por seu vínculo com a Revolução Industrial e, posteriormente, com a Segunda Guerra Mundial, já estão relativamente consolidadas na literatura, e, por isso, não pretendemos nos alongar em uma caracterização mais detalhada de seus elementos históricos. Cabe aqui apenas situar o leitor para que acompanhe o nosso raciocínio no que concerne às formas de dominação do território pelo capital na Amazônia-acreana, que se sucedeu por meio da instituição do seringal e do latifúndio.

O seringal – enquanto modelo socioeconômico de organização do trabalho para produção de borracha – foi um instrumento de dominação territorial utilizado por empresários brasileiros e estrangeiros para produzir mercadorias na Amazônia ainda no século XIX. Este modelo, sustentado por mão-de-obra migrante e pelo

capital financeiro, ficou conhecido como “seringal empresa” e tinha o aviamento como seu sistema socioeconômico de exploração do trabalho, o qual utilizava o endividamento permanente como forma de subordinar e escravizar os seringueiros (em sua maioria migrantes nordestinos) para a extração do látex nas colocações, principal matéria-prima da indústria da borracha.

Cada “coronel”, como eram chamados os donos dos seringais, detinha uma área extensa de floresta onde predominavam as seringueiras (*Hevea brasiliensis*). Os seringueiros, por sua vez, trabalhavam nas colocações, que, além de seu lugar de solitária moradia, eram as unidades produtivas dos seringais onde se realizava o corte da seringa (Almeida, 1993; Porto-Gonçalves, 2012; Silva, 2004, 2009; Ponte, 2014). A partir desse sistema organizativo, se instituía o seringal como base fundiária de dominação e subordinação do território pelo capital.

Grosso modo, este modelo perdurou até o fim da década de 1945, quando a borracha da Amazônia abasteceu a Segunda Guerra Mundial. Depois disso, os seringais entraram em crise permanente, exigindo do Estado novas medidas para recuperar a economia da região, medidas estas que deram início à etapa histórica dos projetos de colonização e integração que visavam o (des)envolvimento da Amazônia.

“Amazônia: integrar para não entregar”: esse foi o slogan nacionalista-golpista do Governo Médici para justificar a ocupação e o (des)envolvimento da Amazônia na década de 1960. As iniciativas dos militares (1964-1985) tinham o objetivo de integrar a região amazônica ao restante do país (especialmente à região Sudeste) por meio da construção de rodovias e do incentivo à agricultura. “Não é uma estrada, é um rastro de morte”, já advertia Marina Silva na

década de 1970, antes da abertura de estradas que hoje cortam a floresta amazônica deixando rastros históricos de sangue. A abertura de estradas como a Manaus-Porto Velho (BR-319) Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Transamazônica (BR-230) não apenas facilitou a expropriação de terras antes pertencentes à povos indígenas e seringueiros posseiros, mas também levou ao desmatamento e à degradação ambiental à medida que a terra era destinada para a prática da agricultura de *plantations* e, principalmente, da pecuária.

Inserido nesse contexto, o Acre enfrentou a necessidade urgente de diversificação econômica após o declínio do *boom* da borracha (Ponte, 2014; 2022). A intervenção estatal trouxe consigo uma dinâmica social complexa, à medida que novos migrantes, principalmente fazendeiros, começaram a se estabelecer em áreas anteriormente florestadas. A denominada “frente pioneira agropecuária” (Martins, 2009; Silva, 2004), incentivada pelos militares, motivou uma grande movimentação de especuladores e grileiros interessados nas « terras baratas » do Acre. Os impactos socioambientais dessa reestruturação agrária foram profundos, levando a reivindicações conflitantes de uso da terra e empurrando seringueiros e indígenas para fora de seus territórios.

A partir da década de 1980, o avanço da fronteira agropecuária reformulou fundamentalmente o território do Acre. A região viu uma escalada na grilagem de terras, impulsionada pelo Estado e a burguesia latifundiária, que visavam replicar o potencial agrícola de outras regiões na Amazônia. Isso contribuiu para um padrão de desmatamento rápido capitaneado pelos fazendeiros grileiros, mesmo que no Acre, dada a resistência mais organizada do campesinato e das populações indígenas – os povos da floresta –, a destruição tenha sido menor (Paula; Silva, 2012). Martins (2009)

afirma que o trabalho de derrubada e limpeza da mata para formação de novas fazendas foi feito por peões escravizados, em regime de servidão por dívida, em que trabalhadores se deslocavam temporariamente de outras regiões, especialmente do Nordeste.

Essa financeirização da terra, baseada na visão colonialista da natureza enquanto recurso a ser dominado pelo homem (Porto-Gonçalves, 2018) e reforçada por um crescente setor latifundiário na região amazônica, priorizou cada vez mais as culturas voltadas para a exportação, influenciando assim as economias e meios de subsistência locais. Conseqüentemente, a paisagem agrária começou a refletir usos mais mercantilizados, muitas vezes às custas das práticas agrícolas tradicionais e do acesso das comunidades locais à terra.

No Acre, a luta dos seringueiros e demais povos da floresta² contra a destruição de seus modos de vida e de seus territórios tem suas raízes em um processo histórico de exploração e marginalização. A partir da década de 1970, e acentuando-se na década de 1980, esses grupos começaram a se organizar – via Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) – em resposta às pressões econômicas e ambientais que os ameaçava, como, por exemplo, a derrubada das florestas. Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Dercy Telles, Raimundo Mendes Barros, Marina Silva³ e outros

² Nomenclatura que tenta dar conta da diversidade de populações extrativistas ou que vivem da/na floresta amazônica: seringueiros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadores rurais, castanheiros, açazeiros etc.

³ O primo de Chico Mendes, conhecido como “Raimundão”, e a ministra Marina Silva recentemente foram vítimas de ameaças de fazendeiros devido à realização da “Operação Suçuarana” pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da

tantos trabalhadores e trabalhadoras, conhecidos e desconhecidos, foram ativistas seringueiros(as) que construíram sua luta para além das questões locais, sobretudo, pela preservação das florestas amazônicas que são essenciais não só para uma diversidade de sujeitos que nela vivem, mas para a existência do planeta Terra. Sua luta não era apenas pela propriedade da terra, mas pela defesa de um modo de vida que depende da ecologia da floresta (Almeida et al., 2018).

Ainda no decorrer da década de 1980, através do CNS e no auge de sua organização sindical em torno do Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais (STR) de Xapuri-AC, propuseram a criação das Reservas Extrativistas (Resex) como forma de garantir direitos territoriais e uma gestão sustentável dos recursos naturais (Ponte, 2014). Partindo do pressuposto de uma Reforma Agrária mais adequada às pluriatividades praticadas pelas populações extrativistas, as Resex foram concebidas como espaços protegidos, onde as comunidades poderiam viver e trabalhar de acordo com suas práticas tradicionais, simultaneamente buscando preservar a floresta e os modos de produção que dela dependiam (Almeida; Pantoja, 2005; Almeida et al., 2018). Essa proposta foi reconhecida oficialmente pelo governo brasileiro, especialmente após a morte de Chico Mendes, em 1988, que mobilizou uma resposta significativa em diferentes escalas, destacando a importância da luta por justiça ambiental (Almeida et al., 2018).

Além das políticas de conservação, os seringueiros enfrentaram desafios decorrentes da inserção do capitalismo e das pressões externas, que visavam maximizar a exploração econômica

Biodiversidade (ICMBio) que visa a apreensão de gado ilegal na Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes, em Xapuri-AC.

da Amazônia. A implementação das Resex não impediu o avanço da pecuária, que se consolidou como uma das principais atividades econômicas da região, paradoxalmente ofuscando o próprio objetivo das reservas de criar alternativas de desenvolvimento sustentável baseadas no agroextrativismo (Fittipaldy; Castelo, 2023; Barbosa; Franco, 2019).

O processo de luta dos seringueiros e demais povos da floresta também partiu de uma crítica mais ampla ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, que frequentemente beneficiou interesses corporativos em detrimento das comunidades locais. Nesse sentido, as vozes dos povos da floresta tornaram-se instrumentos de luta frente as questões socioambientais e promoveram um novo entendimento sobre conservação e desenvolvimento (Almeida, 2004). Esse entendimento que está entranhado na essência das populações amazônicas busca aliar o homem à natureza, relação esta que os projetos capitalistas se esforçam para destruir.

Mesmo sabendo desse legado deixado pelos homens e mulheres que lutaram e lutam contra o avanço capitalista na Amazônia, não é essa aproximação homem-natureza que vivenciamos nos dias de hoje. Os desafios enfrentados ao longo dos anos se manifestaram na forma como as populações amazônicas continuaram a se articular e a lutar pela defesa de seus direitos. O legado da luta dos seringueiros ao passo que revela conquistas importantes em termos de reconhecimento de seus direitos e de seus modos de vida, também coloca a necessidade constante de continuar resistindo às pressões e ameaças à integridade ecológica da Amazônia e à cultura dos povos que dela dependem (Guimarães et al., 2023).

Primeiro o seringal, depois o latifúndio. Foi assim que o capital se estabeleceu na Amazônia-acreana. Na atualidade, um dos maiores vilões que ameaçam a vida da floresta e de seus povos é o agronegócio. Este traz uma nova roupagem para o que antes constatamos no processo de ocupação e (des)envolvimento da Amazônia, caracterizado por nós pelo latifúndio e pelo avanço da fronteira agropecuária. O agronegócio e suas mais distintas atividades, vêm intensificando as ações de desmatamento, de queimadas e de expansão das monoculturas de *commodities* em diferentes regiões do Brasil, incluindo a amazônica. Contudo, para além de suas ações no plano do *business* agrícola, o agronegócio e seus “reis” têm se utilizado de um forte caráter ideológico para expropriar a terra, o trabalho, a memória e a consciência política dos trabalhadores e trabalhadoras de diferentes formas. É esse movimento destrutivo e multifacetado que pretendemos discutir a seguir.

Nas terras do Uáquiri, o “agro” é tudo?

Padrinho Sebastião, da Colônia Cinco Mil,
Do Santo Daime, da Santa Maria
Em corrente com Antônio Conselheiro
Está anunciando
Que o Acre vai virar pasto de boi

E quando ouvir falar de índio sem terra é sinal de guerra em todo lugar
E quando ouvir falar de seringueiro sem terra é sinal de guerra em todo lugar

[...] O capeta anda solto por aí
São os sulistas, capitalistas de berro de boi
Que estão expulsando os homens da colocação.

“Padrinho Sebastião” - Pia Vila (2009).

De acordo com os ideólogos do *agribusiness* John H. Davis e Ray A. Goldberg (1957, p. 2, tradução nossa), agronegócio significa “a

soma total das operações envolvidas na fabricação e distribuição de suprimentos agrícolas; operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas”. É, por si só, um conceito que evidencia a característica totalizante desse setor; que propõe a homogeneidade das atividades agrícolas e das pessoas que nelas trabalham; e assume que todos os seus representantes estariam conectados economicamente (Pompeia, 2020).

No Brasil, o agronegócio consiste no processo histórico de desenvolvimento da agricultura capitalista que teve como base a instituição do latifúndio. Apesar de só ter ganhado destaque na década de 1990, o agronegócio remete à “construção discursiva das elites rurais agroindustriais sobre a estrutura social do campo” (Bruno, 2016, p. 143) historicamente vinculado ao período da modernização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais no país.

No início dos anos 2000, o aumento nos preços das *commodities* agrícolas intensificou a busca por novas fronteiras produtivas em diferentes biomas brasileiros. Na Amazônia, esse processo – marcado pelo agronegócio como modelo hegemônico de desenvolvimento – articulou a expansão da fronteira agrícola através do desmatamento, da grilagem de terras, das queimadas, da pecuária e da violência estrutural. No Acre, o avanço do agronegócio, longe de promover desenvolvimento econômico e estabilidade para a população, acentuou os conflitos no campo, aumentou as áreas de pastagem e áreas desflorestadas etc., tudo isso como resultado da sobreposição de interesses antagônicos.

A luta dos povos da floresta pela preservação ambiental e pela consequente manutenção de seus modos de vida está em constante

conflito com os interesses do capital latifundiário. Após a década de 1980 e nas décadas seguintes, o Acre, dentre os estados da região amazônica, foi um dos que mais buscou avançar nas políticas ambientais nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) de 1999 a 2018. Pautados no desenvolvimento sustentável, o partido instituiu a “florestania” como forma de resgatar a identidade acreana e se utilizou consideravelmente da figura de Chico Mendes em seus governos. Os resultados de seus projetos ditos sustentáveis foram bastante controversos e o partido acabou perdendo sua hegemonia e dando lugar a governantes “pró-agronegócio”.

Em 2019, com a eleição de Gladson Cameli, do Partido Progressista (PP), o Acre se entregou à direita e mergulhou no bolsonarismo. Atualmente, o PP conta com 14 prefeituras das 22 possíveis no Acre, enquanto o PT perdeu completamente a sua representatividade, o que demonstra a força do antipetismo no estado, acompanhando a lógica que prevalece em escala nacional. O pouco que havia sido construído pelos governos do PT – boa parte conquistada à força pelos movimentos sociais – foi quase totalmente destruído, dando lugar a uma perspectiva (ainda mais) neoliberal pautada na grilagem de terras e no desmatamento para o agronegócio, mais especificamente na pecuária bovina e nos plantios de soja e milho. Como Bolsonaro, Cameli formou a sua articulação política com as bancadas evangélica e ruralista e prometeu “desburocratizar” a fiscalização ambiental, aproximando-se do discurso de “abertura do Acre para o desenvolvimento”, fato tal que só seria possível por meio do agronegócio.

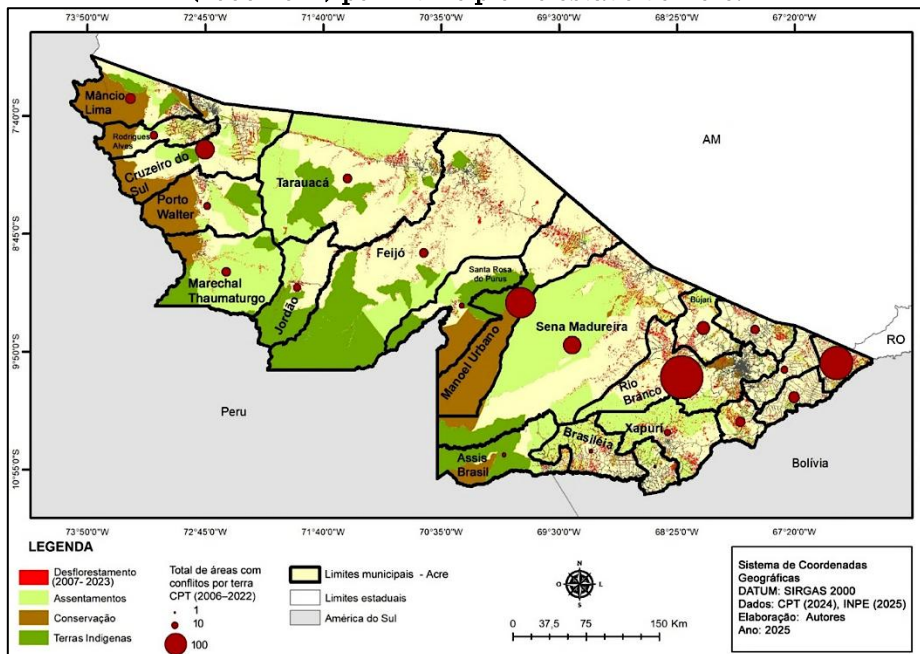
Malheiro (2019) chama atenção para a lógica de desenvolvimento pautada na produção de commodities (agrícolas e minerais), pois ela está no centro de políticas econômicas de governos

de diferentes espectros políticos, de tal forma que mudanças no ordenamento do Estado são continuamente geradas para possibilitar a ampliação da apropriação e exploração da natureza, processos que, via de regra, são marcados pelo conflito e pela violência.

Na Figura 1, fica evidente o contraste entre as áreas de conservação – conquista dos povos da floresta –, terras indígenas e assentamentos rurais, onde prevalecem formas de uso da terra associadas à preservação da floresta, e as regiões mais intensamente desmatadas. Ou seja, nos locais ocupados por povos e comunidades cujos modos de vida estão intrinsecamente ligados à manutenção da floresta em pé, os índices de desmatamento tendem a ser significativamente menores.

Observa-se que o avanço do desmatamento, em muitos casos, acompanha o traçado das vias de acesso, o que demonstra o papel estratégico das rodovias na expansão da fronteira agrícola, conforme salientamos. No Acre, destacam-se as rodovias AC-090 (Transacreama) e AC-40, além da proposta de uma rota de exportação pelo trecho da BR-364, cortando o Parque Nacional da Serra do Divisor no município de Cruzeiro do Sul, com saída para o Oceano Pacífico voltada ao escoamento de grãos e outros produtos do agronegócio (Silva, 2022).

Figura 1 - Desmatamento acumulado (2003-2022) e conflitos por terra (2006-2022) por município no estado do Acre.



Fonte: CPT (2024) ; INPE (2025). Elaborado pelos autores, 2025.

Com o avanço da direita no Acre, existem ações em curso para que o estado siga os passos de Rondônia, seu vizinho, por meio do agronegócio. As políticas neoliberais, que em parte já existiam em governos do PT, se agravam conforme avança a extrema direita e seus aparelhos ideológicos. Agora no poder, e diante da atual conjuntura de desmanche das políticas ambientais, do sucateamento da fiscalização e da normalização da violência, eles têm carta branca para dominar os territórios de populações amazônicas e destiná-los ao “progresso” capitalista.

Conforme Monteiro e Bernardes (2024), a maior parte dos conflitos por terra nos estado do Amazonas, Acre e Rondônia, nos últimos anos, ocorreu em municípios que compõem a região conhecida como AMACRO (acrônimo de Acre, Amazonas e Rondônia). A AMACRO, ou Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Medeira, é uma zona de desenvolvimento agropecuário focado

na atração de investimentos destinados ao agronegócio, ainda não institucionalizado em nível federal, mas que ganhou força no governo Jair Bolsonaro (PL). Essa proposta se inspira no MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), que foi oficialmente instituído por decreto no governo Dilma Rousseff (PT), sendo reconhecida como área estratégica nacional, e, que igualmente expressa a expansão da fronteira agrícola e dos conflitos.

De acordo com Craveira e Silva (2024, p. 43), trata-se da intencionalidade dos agentes produtores do espaço – neste caso a aliança da classe latifundiária com o Estado – na articulação de projetos de infraestrutura para o desenvolvimento econômico do território.

Para além das infraestruturas, ou antes delas, a expansão do agronegócio ocorre, inicialmente, por meio de conflitos com os povos que já habitavam esses territórios (Monteiro; Bernardes, 2024). Esse processo é marcado pelo desmatamento e pelas queimadas, seguidos da substituição da floresta nativa por pastagens e da introdução do gado — o que, na prática, funciona como uma estratégia para legitimar a grilagem de terras públicas pertencentes à União. Com a área consolidada pela pecuária, abre-se caminho para a chegada dos grãos, especialmente da soja e do milho.

Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre os anos de 2005 e 2022 foram registrados 703 conflitos por terra distribuídos nos 22 municípios do Acre. Em diversos casos, essas disputas se repetem nas mesmas áreas ao longo dos anos, o que revela a cristalização de ameaças, intimidações, perseguições e assassinatos cometidos em nome do (des)envolvimento e do progresso. Segundo Porto-Gonçalves (2012), os conflitos na Amazônia são um exemplo prático do mito do vazio demográfico, pois

como falar em ausência de populações se em todo o território são observados conflitos com antigos moradores?

Para Monteiro e Bernardes (2024), o conflito não é apenas fruto de um processo físico de disputa territorial, mas também simbólico e ideológico, construído por discursos que legitimam a violência em nome do desenvolvimento. De acordo com Porto-Gonçalves (2012), as propostas de desenvolvimento que historicamente vigoraram desde os tempos coloniais na Amazônia foram construídas sob o viés da impossibilidade de seus habitantes elaborarem suas próprias iniciativas, sendo, assim, projetos brutalmente impostos para a exploração dos povos e da região.

Chagas (2024) chama atenção para os diversos aspectos que acompanham o avanço da fronteira agrícola e, com ela, o acirramento da violência sobre a Amazônia, sendo eles: institucionais, ideológicos, retóricos e legais. Neste contexto, destaca-se a violência normatizada presente nas propostas legislativas, particularmente naquelas que, enfraquecem a proteção socioambiental. Um exemplo recente é o Projeto de Lei (PL) nº 2.159/2021, também conhecido como “PL da Devastação”, que busca instituir a Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

O PL 2.159/2021 transfere aos próprios solicitantes a responsabilidade pela autodeclaração do cumprimento das exigências legais em atividades classificadas como de “baixo e médio impacto” (Woortman, 2025). Vale ressaltar que, apesar de o projeto utilizar termos como “baixo” e “médio impacto”, isso não significa que os efeitos dessas atividades sejam pequenos ou irrelevantes. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, muitas dessas propostas referem-se a obras estruturais e estruturantes — como

barragens, estradas, hidrelétricas e perfuração de poços de petróleo — realizadas em diferentes biomas sensíveis a alterações.

O cientista social Silvio Caccia Bava (2025) afirmou, recentemente, que os próprios governadores dos estados do Norte e suas bancadas votaram a favor do PL da Devastação, atitude que ressalta ainda mais as contradições e mostra o papel ativo do Estado no apoio à destruição capitalista na Amazônia desde o pós-economia da borracha até os dias de hoje. É uma visão de fora da região que entende como “atrasada”, um obstáculo ao progresso do país, reforçando o “colonialismo do poder” sobre a região, como bem disse Porto-Gonçalves (2012).

Conforme Woortmann (2025), trata-se também de uma legalização tácita do desmatamento, pois atividades reconhecidamente associadas ao desmatamento, como a criação extensiva de gado, o cultivo de grãos (em muitos casos, *commodities*) e a formação de pastagens, também são dispensadas de licenciamento, mesmo em áreas recém-desmatadas.

Além disso, o PL inverte a lógica da proteção ambiental ao substituir a análise prévia por um controle posterior ao dano. Tal proposta é especialmente danosa em um contexto no qual as populações dependem da floresta em pé para a produção e a reprodução de suas vidas. Assim, a análise da proposta revela como o aparato legal pode funcionar como instrumento de violência institucional, legitimando a degradação ambiental e aprofundando os conflitos.

Até mesmo as Resex vistam como o principal símbolo da luta de Chico Mendes e uma das últimas fronteiras (até mesmo ideológica) ao avanço do agronegócio no Acre, estão “sendo implodida(s) de modo a colocar frontalmente em cheque os seus

fundamentos legais, quais sejam, o da garantia de subsistência digna dos extrativistas nativos e a da proteção ambiental” (Veras, 2025, n.p.) diante das atuais ofensivas de pecuaristas da região.

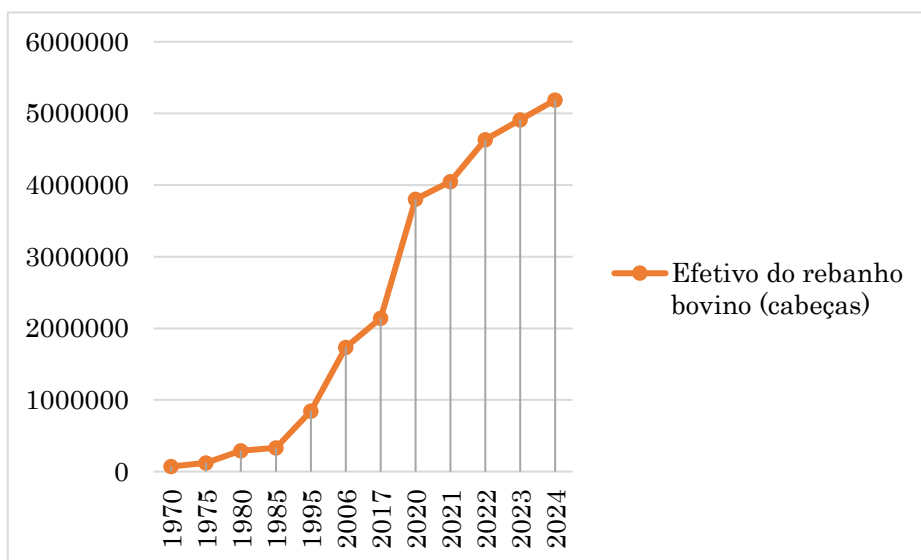
Em 2020, em evento coordenado pelo então Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, o pecuarista, paulista, integrante da bancada ruralista e agora senador do Acre, Marcio Bittar, fez a seguinte fala : “A Amazônia não é o pulmão do mundo, não tem essa história de rios voadores. a Amazônia não é responsável pelo clima do Brasil. Isso é desinformação [...] o Brasil vive “um sistema comunista na área rural, particularmente na Amazônia’, disse o senador se posicionando de forma contrária à existência das Resex e negando a importância da floresta amazônica para o planeta (Grilli, 2020).

O modelo de desenvolvimento imposto pelas elites latifundiárias aliado ao poder do Estado no financiamento e disseminação de suas ideologias, coloca para os sujeitos amazônicos a alternativa única da pecuária. A líder sindical seringueira Dercy Teles nos falou sobre o avanço da pecuária e as contradições que envolvem o Estado e o agronegócio na Resex Chico Mendes em um contexto de conflitos com o ICMBio:

A função social da terra se esvazia completamente. Se o Estado não investiu em condições para que as pessoas sobrevivam na Resex por meio do extrativismo ele não tem razão nenhuma para coibir as atividades que estão sendo praticadas no dia a dia hoje. Porque é isso, sabe? A economia do Estado gira em torno do gado, não dá para negar isso. Se você fizer uma pesquisa, dos 20 anos de governo do PT, o rebanho se multiplicou cinco vezes mais no decorrer desse governo e o mercado foi garantido. Hoje tem muita oscilação de preço (o gado) mas ainda se consegue vender, porque o Estado não investiu em nenhum outro mecanismo que pudesse garantir a geração de renda da população rural (Entrevista realizada em agosto de 2024).

Ao não encontrarem outra alternativa de sobrevivência nas Resex a pecuária se torna também uma alternativa de subsistência para muitos seringueiros – como demonstraram Fittipaldy e Castelo (2024) –, dada a incapacidade do Estado de viabilizar condições de trabalho digno e autonomia de gestão para seus territórios. Buscando melhor evidenciar essa situação, o Gráfico 1 mostra os números do rebanho bovino no estado do Acre.

Gráfico 1 – Efetivo do rebanho bovino no estado do Acre (1970-2024)



Fonte: IBGE Censos Agropecuários (anos correlatos). Elaborado pelos autores (2025).

Há uma curva de crescimento contínuo do rebanho, com mudanças claras de ritmo entre 1990 e 2006, já nos governos do PT. Deste período em diante, com a consolidação da pecuária no estado, há um crescimento consistente que tende a se ampliar, dada a atual conjuntura que se inicia no governo Bolsonaro, em 2019, e se estende até o período atual.

Mas, então, o Acre vai mesmo virar pasto de boi? Com base em tudo o que discutimos até aqui, poderíamos dizer que já virou. A ideologia do “progresso via agronegócio” está impregnada de forma concreta no imaginário popular e tornou-se consenso. Mesmo aqueles que poderiam oferecer resistência à invasão (material e imaterial) de seus territórios estão sucumbindo e vivendo uma ideologia estranha a eles, que se aparenta a-histórica e rouba suas memórias.

Por esta porteira escancarada, a estrada de seringa vira pasto, isto é, a cultura de pecuária extensiva ali se instala como a saída para a “subsistência” não mais do seringueiro (abandonado como tal pelo estado-barracão da gestão de direita), mas agora do orgulhoso colono pecuarista, o novo personagem da seringalidade dois pontos zero, quem ganha o status político-colonial de agente do desenvolvimento econômico, a ocupar o lugar do extrativista posto antes como agente do desenvolvimento sustentável. Ambos tornados instrumentos da colonialidade na Amazônia. Este novo personagem exsurge, por necessidade, tanto de quem está dentro das reservas (com terra, mas sem condições de produzir numa proporção que a sedução capitalista lhe impõe), quanto de quem está fora (sem terra e tão seduzido quanto à mentalidade do velho e enganoso discurso do progresso/desenvolvimento econômico que nunca chega para si) [...] (Veras, 2025, n.p.).

Mesmo considerando a captura da memória coletiva e das subjetividades das populações amazônicas, seria injusto e irresponsável de nossa parte atribuir alguma culpa a esses sujeitos, pelo contrário, queremos salientar que a ideologia neoliberal enquanto nova forma de totalitarismo e elemento fundante da ordem sociometabólica do capital, conduz a sociedade aos seus interesses não restando saída para aqueles que dependem dos meios de produção ou mesmo do Estado se não a enfrentamento e a superação do capital (Mészáros, 2015).

Nas terras do Uáquiri o agro (ainda) não é tudo. Existe um modelo dominante, uma ideologia hegemônica, um Estado

colonialista. Mas, existe (em conflito) um modelo antagônico que é capaz de posicionar enfrentamentos, tal qual fizeram e fazem os movimentos e organizações dos mais diversos sujeitos amazônicos. É preciso romper com a colonialidade, com o neoliberalismo e acabar com o capitalismo. Do contrário, todos nós afundaremos na barbárie da vida social provocada por um capitalismo de caráter cada vez mais ideológico.

Considerações Finais

Neste ensaio, buscamos evidenciar como a “ideologia do agro” ocupa papel de destaque no sistema sociometabólico do capital em sua busca pela dominação do(s) território(s) da Amazônia-acreana. A análise da expansão do agronegócio no Acre, enquanto expressão concreta do avanço neoliberal sobre a Amazônia, revela um processo marcado pela subordinação das múltiplas formas de organização da vida aos interesses econômicos hegemônicos. O discurso ideológico que sustenta uma suposta “vocaçãõ agro” do país atua como uma correia de transmissão da naturalização de práticas que desmatam, expulsam e silenciam os povos da floresta.

Conforme demonstramos, o avanço assistido do que hoje conhecemos por agronegócio nada mais é do que a construção e solidificação da hegemonia da classe latifundiária que há décadas controla o Brasil. Na Amazônia-acreana, primeiro se instituiu o seringal, depois o latifúndio, como formas capitalistas de exploração do trabalho e dominação do território. Uma característica marcante nesse processo é a parceria entre capital e Estado, bem comum no neoliberalismo, e que parece nunca sair de moda neste país.

Evidentemente, as tentativas de explorar a Amazônia não se dão de forma linear e muito menos natural. Isso porque os

movimentos sociais – a Aliança dos Povos da Floresta, o MSTTR, e os mais diversos movimentos camponeses –, especialmente em conjunturas desfavoráveis, oferecem resistência. Os dados sobre os conflitos por terra e o desmatamento expõem, de forma nítida, a relação direta entre o avanço do agronegócio e a intensificação das disputas socioambientais. Dessa forma, o discurso do desenvolvimento e da modernização esconde sua face de atraso, ao mesmo tempo que atualiza a violência estrutural e institucional que acompanha historicamente a fronteira agrícola.

O debate sobre a ideologia se mostra cada vez mais pertinente e complexo para as pesquisas dos mais diversos ramos das ciências humanas e sociais, inclusive para a Geografia, que enquanto ciência preocupada com o espaço geográfico e as relações sociais nele contidas, pode e deve avançar neste debate. Consideramos ser pela via do materialismo-histórico-dialético que a ciência geográfica mais tem a contribuir, pois o seu referencial permite uma análise da práxis capitalista em sua totalidade.

Caminhar é preciso. Existe um avanço nas ideias conservadoras e liberais Brasil afora, a partir de inúmeras vias, sendo o agronegócio o protagonista desse processo, que exige a organização coletiva e, principalmente, a escuta dos movimentos sociais como sujeitos protagonistas de seus destinos. Essa ideologia neoliberal hegemônica, impacta não só a economia e o meio ambiente, mas a sociedade como um todo, chegando às dimensões da vida e da dignidade humana. Dessa forma, é necessário repensar criticamente os (des)caminhos do desenvolvimento. Tal tarefa passa por romper com a lógica hegemônica do “agro é tudo” e exige reconhecer a floresta e seus povos como espaço de vida, não como vazio a ser ocupado ou mercadoria a ser explorada.

Referências

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Rubber tappers of the Upper Juruá River, Brazil: the making of a forest peasant economy*. 1993. Tese de Doutorado (University of Cambridge).

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas*. Revista brasileira de ciências sociais, v. 19, p. 33-52, 2004.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de; ALLEGRETTI, Mary Helena; POSTIGO, Augusto. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, 2018.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de; PANTOJA, Mariana Ciavatta. Justiça local nas reservas extrativistas. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 23, n. 1 e 2, p. 27-41, 2005.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

BARBOSA, Tiago Augusto; FRANCO, Alexsande de Oliveira. Povos da Floresta: um estudo das nuances e das sinergias entre os Seringueiros do Acre e os Faxinalenses do Paraná, Brasil. *Terr@ Plural*, v. 13, n. 2, p. 560-576, 2019.

BAVA, Silvio Caccia. *Agora pode desmatar a Amazônia?* Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, junho/2025, p. 5.

BRUNO, Regina. *Elites agrárias, patronato rural e bancada ruralista*. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Texto de Conjuntura nº 9. Rio de Janeiro, 2015.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 24, n. 1, abr/set., 2016, pp. 142-160.

BRUNO, Regina. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e habitus de classe. *Trabalho Necessário*, v. 20, n. 41, jan/abr., 2022.

CHAGAS, Afonso Maria das. O imperativo da violência e da desconstituição dos direitos humanos na Amazônia Sul-Ocidental: criminalização na região da AMACRO. In: SILVA, Ricardo Gilson da Costa; CONCEIÇÃO, Francilene Sales da; FRANCO, Marcelo Horta Messias; SILVA, Renata Maria da (Orgs.). *Resistências sociais, multiterritorialidades e conflitos agrários na Amazônia*. Porto Velho, RO: Temática Editora & Cursos, 2024. p. 48-82.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 23 jun. 2025., 2019.

CRAVEIRA, Kamila de Oliveira; SILVA, Fredson Bernardino Araújo da. AMACRO e frentes pioneiras na Amazônia: desmatamento, psicosfera e questão fundiária. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, v. 8, n° 2, 2024, pp. 39-53.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A.; *A Concept of Agribusiness*. Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1957.

FITTIPALDY, Márcia Cristina Pereira de Melo; CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. Há boi pastando: um retrato da Resex Chico Mendes no estado do Acre. *UÁQUIRI - Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre*, v. 5, n. 2, 2024.

GERHARDT, Cleyton. Da sociedade do agronegócio à cosmologia Agro: subjetivação e conquista de novos territórios. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, 2021.

GRAMSCI, Antonio. A organização da cultura. In: *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Coleção Perspectivas do Homem, Série Filosofia.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 8. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. V. 3. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

GRILLI, Mariana. Ricardo Salles cobra maior participação privada na Amazônia. *Globo Rural*, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2020/08/ricardo-salles-cobra-maior-participacao-privada-na-amazonia.html>. Acesso em: 04 de dez. de 2025.

GUIMARÃES, David Franklin da Silva; DE VASCONCELOS, Monica Alves; WEIL, Andreza Gomes; SCHOR, Tatiana. Os povos da floresta na produção do espaço e da sustentabilidade na Amazônia: o caso do território do Médio Juruá – Carauari/AM. *Antíteses*, v. 16, n. 31, p. 059–086, 2023.

HARVEY, David. El neoliberalismo como destrucción creativa. *Revista Apuntes del CENES*, v. 27, n. 45, enero-junio, 2008.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. O que vale em Carajás? : geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/28189>. Acesso em: 03 de dez. de 2025.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MARX, Karl. *Introducción general a la crítica de la economía política*. México, 2006.

MENDONÇA, Maria Luisa. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. *Contexto internacional*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 375-402, 2015.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Boitempo Editorial, 2015.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes; BERNARDES, Júlia Adão. Avanço do agronegócio na Amazônia: antecipação espacial, processos de espoliação na tentativa de criação da AMACRO e expansão da fronteira agrícola. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 27, n. 2, e10122, 2024.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. Um “outro” geográfico. *Terra Brasilis - Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 4-5, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. Annablume, 2004.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Sílvio Simione da. Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. *Revista NERA*, n. 13, p. 102-117, 2012.

PONTE, Karina Furini da. Reserva Extrativista Chico Mendes no Estado do Acre: territorialidade seringueira e conquista da autonomia? In: PONTE, K. F. da.; MORAIS, M. de J. (Org.).

Produção do espaço e ambiente nas fronteiras da Amazônia Sul Ocidental. Curitiba: CRV, 2020.

PONTE, Karina Furini da. *O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho: um estudo a partir da fábrica de preservativos masculinos de Xapuri*. 2014. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2014.

POMPEIA, Caio. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n. 56, p. 195-224, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: encruzilhada civilizatória – Tensões territoriais em curso*. Bolívia: IPDRS/CIDES - UMSA, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazôniaas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 2006.

SANTOS, Milena da Silva. Mészáros e a necessidade de superação do capital. *Argumentum*, v. 14, n. 2, p. 73-84, 2022.

SILVA, Silvio Simione da. O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX. *Revista NERA*, n. 4, p. 42–49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. Produção do espaço agrário acreano: “O homem, a terra e a floresta”. In: SILVA, Silvio Simione da (Org.). *Acre: uma visão temática de sua Geografia* – Rio Branco: EDUFAC, 2009.

SILVA, Maria Evanilce Gomes da. *O agronegócio do boi e conflitos socioambientais: uma discussão sobre fronteira na Regional do Baixo Acre*. 2022. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022.

VERAS, João. *A seringalidade dois ponto zero e o seu personagem: o “orgulhoso” colono pecuarista da reserva*. Jornal “O Varadouro” – um jornal das selvas, 25 maio 2025. Disponível em: <https://ovaradouro.com.br/a-seringalidade-dois-ponto-zero-e-o-seu-personagem-o-orgulhoso-colono-pecuarista-da-reserva/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

WOORTMANN, Marcos. *Amazônia à beira do abismo: destruição do licenciamento ambiental ameaça liderança climática mundial do Brasil*. Le Monde Diplomatique Brasil, 20 maio 2025. Disponível em:

“O ACRE VAI VIRAR PASTO DE BOI”: REFLEXÕES SOBRE AGRONEGÓCIO E IDEOLOGIA NA AMAZÔNIA

<https://diplomatique.org.br/destruicao-do-licenciamento-ambiental-ameaca-lideranca-climatica-mundial-do-brasil/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

Recebido para publicação em 14/10/2025

Aceito para publicação em 21/01/2026